

A FORMAÇÃO SUPERIOR DO PROFESSOR QUE ENSINAVA MATEMÁTICA EM ITAIPULÂNDIA(PR)

JEAN SEBASTIAN TOILLIER
IVETE MARIA BARALDI

A FORMAÇÃO SUPERIOR DO PROFESSOR QUE ENSINAVA MATEMÁTICA EM ITAIPULÂNDIA (PR)

The Higher Education of the Mathematics Teacher in Itaipulândia (PR)

Jean Sebastian Toillier

Ivete Maria Baraldi

RESUMO

O presente artigo trata sobre a formação em nível superior do professor que ensinava Matemática no município de Itaipulândia, no Oeste do Paraná, apresentando um recorte de uma pesquisa maior, na qual discute-se a formação do professor que ensinava Matemática em Itaipulândia no período de 1960 até o início da década de 1990. Neste artigo, portanto, traremos uma explicação acerca da história de Itaipulândia, abordaremos a mobilização da História Oral como metodologia para a constituição das entrevistas que compuseram a pesquisa e para as análises efetuadas e pontuaremos sobre a História da Educação de Itaipulândia. Por fim, discutimos a formação superior que os professores de Matemática tiveram para lecionar em Itaipulândia, mostrando as suas complicações devidas, principalmente, à colonização recente do lugar e de toda uma região e as distâncias que deveriam ser percorridas. Assim, evidencia-se a carência e a urgência na busca por formação, como em diversas regiões do país.

Palavras-chave: História Oral. Formação de Professores de Matemática. História da Educação Matemática.

ABSTRACT

The present article deals with the formation at the higher level of the teacher who taught Mathematics in the city of Itaipulândia, in the West of Paraná (state of Brazil). It is the result of a larger research whose objective was to discuss teacher's training from the 1960s to the beginning of the 1990s. In this article, we will present an explanation about the history of Itaipulândia, we will focus on the mobilization of Oral History as a methodology for the constitution of the interviews and for the analyzes carried out and we will also point briefly on the History of Education in Itaipulândia. Finally, we discussed the higher education that Mathematics teachers had to teach in Itaipulândia, showing that it was very complicated due to several aspects, such as the recent colonization of the place and of a whole region, besides the distances that were to be covered during the period studied. Thus, it is evident that the lack and the urgency characterize a lot of what these teachers lived, as in several regions of the Brazil.

Keywords: Oral History. Mathematics' teacher training. History of Mathematics Education.

1. INTRODUÇÃO

Como um recorte da dissertação intitulada “A formação do professor (de Matemática) em terras paranaenses inundadas” (XXXX, 2013), cujo objetivo era discutir a formação do professor que ensinava Matemática¹ em Itaipulândia – PR, da década de 1960 até início de 1990, este artigo trata de questões relativas à formação em nível superior deste professor. Sendo assim, efetuamos uma breve explanação acerca da história de Itaipulândia, explicando quais são as suas localidades e alguns aspectos que julgamos importantes que ajudam a compor o trabalho. Na sequência, abordamos a mobilização da História Oral como metodologia de pesquisa, trazendo os elementos que ajudaram a compor a pesquisa. Também apontamos, de maneira sucinta, a História da Educação de Itaipulândia, para que seja possível entender a estrutura educacional existente no município, como intuito de esboçar um cenário de discussão. Por fim, discutimos acerca da formação superior que os professores que ensinavam Matemática buscavam para poder lecionar em Itaipulândia, conhecimentos esses gerados a partir das narrativas de professores e da pesquisa bibliográfica e documental realizada por nós.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DE ITAIPULÂNDIA

Itaipulândia é um pequeno município do Oeste do Paraná, com uma população de menos de 10 mil habitantes² e que possui uma história recente e bastante peculiar se comparada a muitos municípios brasileiros.

A região Oeste do Paraná teve a sua colonização e povoamento tardio em relação a outras regiões do país, sendo posterior à década de 1950. A sua colonização foi realizada basicamente por gaúchos e catarinenses, descendentes de alemães e italianos, que buscavam novas terras para trabalhar com a agricultura. Assim, a

1 Usaremos a terminologia “professor que ensinava Matemática” quando formos nos referir ao professor que lecionava Matemática nos anos finais do 1º Grau e no 2º Grau (atualmente denominados anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e não possuíam formação específica para isso.

2 A população de Itaipulândia conforme o censo de 2010 foi de 9026 habitantes, conforme pode ser visto em <https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=411095&search=parana|itaipulandia|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>.

partir de 1960 inicia-se a constituição do que hoje vem a ser Itaipulândia, com o surgimento de várias localidades que compõe o município. Dentre elas, destacamos Itacorá, Aparecidinha d'Oeste e São José do Itavó por serem as que possuíram maior desenvolvimento econômico, populacional e político.

As terras do que viria a ser Itaipulândia, bem como as de toda região Oeste paranaense, possuem um solo de boa qualidade para o plantio e, no momento da sua colonização, existiam diversas terras disponíveis para a venda, o que despertou o interesse dos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Assim, durante a década de 1960 serviços foram instalados na região e também nas localidades destacadas anteriormente, mesmo que precariamente, o que atraiu cada vez mais pessoas em busca de uma nova oportunidade de vida. Aos poucos as localidades que formam Itaipulândia³ se desenvolveram e o destaque foi Itacorá, que chegou a ter mais de 15 mil habitantes no início da década de 1970 (SCARPATO; BÖHN, 2006).

Porém, um acontecimento mudou toda a característica da região: a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O impacto dessa construção foi muito grande para as localidades, uma vez que com uma barragem no leito do rio Paraná, o lago que seria formado, o Lago de Itaipu, inundaria por completo Itacorá, boa parte das terras produtivas de São José do Itavó, que se desenvolvia bem pela proximidade de Itacorá (SCARPATO; BÖHN, 2006), e várias outras pequenas localidades do território de Itaipulândia.

Em 1982, com o término da construção da Hidrelétrica de Itaipu e com a formação do Lago de Itaipu, a situação mudou: Aparecidinha d'Oeste passou a se destacar, uma vez que suas terras não foram inundadas e ela recebeu vários moradores dos lugares inundados; Itacorá ficou completamente submersa e sobraram somente ruínas; e São José do Itavó perdeu a sua força econômica e boa parte de sua população em virtude do isolamento geográfico, uma vez que o Lago submergiu boa parte das terras da localidade.

³ Vale destacar que à época não existia ainda o município de Itaipulândia, o que só veio ocorrer em 1993. As localidades de Itacorá, São José do Itavó e Aparecidinha d'Oeste pertenciam ao município de São Miguel do Iguaçu, mas após a emancipação política e administrativa de Itaipulândia passaram a fazer parte desse município.

Nesse cenário, durante o final da década de 1980 e início da década seguinte, começou um movimento para emancipação política e administrativa de Aparecidinha d'Oeste junto a São Miguel do Iguaçu, município ao qual pertenciam as localidades citadas anteriormente. Assim, em 1992 foi criado o município de Itaipulândia, com a sua sede em Aparecidinha d'Oeste e com São José do Itavó como um dos seus distritos.

A Figura 1 mostra como ficou o município de Itaipulândia e as localidades que ainda existem (parte branca do mapa) e as que estão submersas pelo Lago de Itaipu (parte azul do mapa).

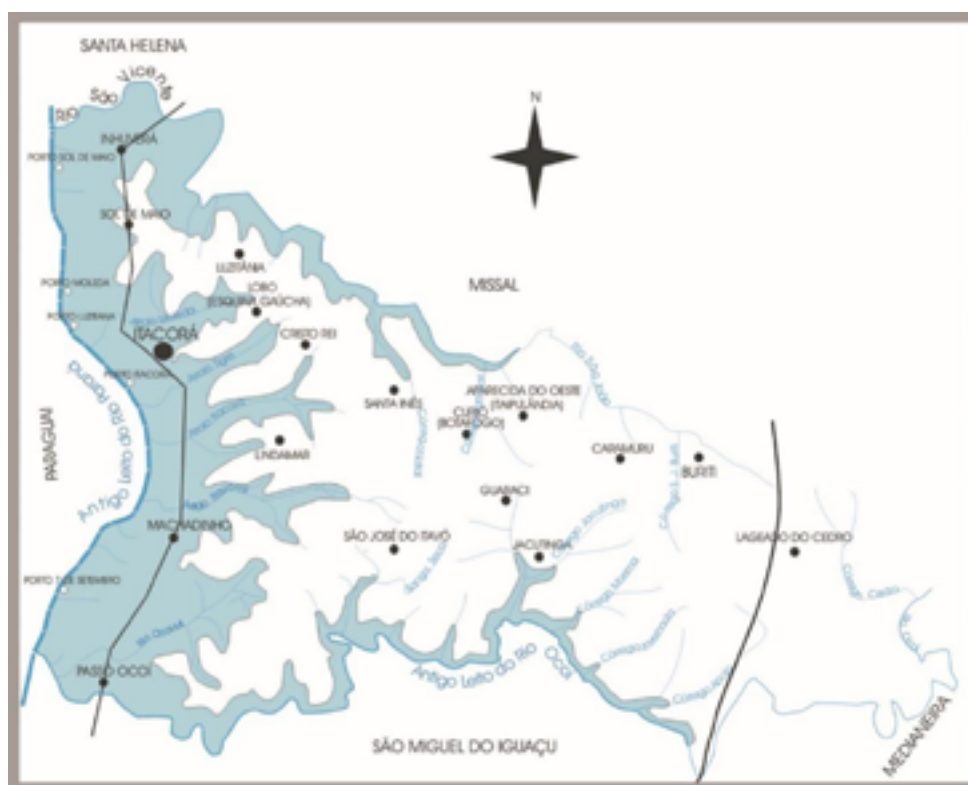


FIGURA 1 – Território do município de Itaipulândia.

Fonte: Arquivo da Casa da Memória de Itaipulândia.

Este novo município tem cerca de 50% de sua área submersa no Lago de Itaipu, o que gera o pagamento de *royalties* pelo Governo Federal⁴ e faz com que o

⁴ Os royalties são pagos pelo Governo Federal desde 1985 para todos os municípios que tem a sua área atingida pelo Lago de Itaipu. O pagamento é feito em relação à proporção de área alagada de cada município.

município tenha muitos recursos, com uma renda *per capita* alta para o padrão dos municípios brasileiros.

É a partir desse lugar de que falamos sobre a formação de professores que ensinavam Matemática, da década de 1960 até início de 1990.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para compreender a formação do professor que ensinava Matemática em Itaipulândia, como mencionado anteriormente, foram produzidas oito narrativas de professores que ensinaram Matemática ou tiveram um papel que julgamos importante para a educação em Itaipulândia. O contato com os entrevistados se deu ao longo do ano de 2011 e as entrevistas foram realizadas em 2011 e 2012.

Para a execução desse trabalho de cunho historiográfico utilizamos a História Oral como metodologia de pesquisa. Dessa maneira, não pensamos a História Oral apenas como uma forma de indicar os procedimentos e passos a serem utilizados, mas como uma trajetória, na qual não é desvincilhado o objeto de pesquisa do pensar metodológico, pois a cada estudo realizado a forma que se propõe a metodologia é modificada a partir das potencialidades de cada trabalho (GARNICA, 2015). É no ato de fazer a pesquisa que a metodologia se constitui e se molda às suas especificidades. Sobre esse método de pesquisa compreendemos que ele

[...] permite ressaltar, tornando mais dinâmicos e vivos, elementos que seriam inacessíveis; a evidência oral permite compreender, corrigir ou complementar outras formas de registro (quando existem); e a evidência oral traz consigo a possibilidade de transformar 'objetos' de estudos em "sujeitos", ao evitar que, como na "historiografia clássica", os atores da História sejam compreendidos à distância e (re)elaborados em uma "forma erudita de ficção" (GARNICA, 2007, p.29).

Ao assumir a História Oral como metodologia de pesquisa e seguindo os pressupostos teóricos do Grupo de História Oral e Educação Matemática (Ghoem)⁵,

5 O Ghoem é um grupo de pesquisa sediado na Unesp, campus de Bauru. Para mais informações sugerimos acessar o site <http://www2.fc.unesp.br/ghoem/index.php?pagina=sobre.php>. Ainda, Para participar dos processos ditos 'científicos', ganha aspecto 'científico': criam-se procedimentos específicos

utilizamos os seguintes procedimentos durante a realização de pesquisa⁶: contato com os entrevistados, muitas vezes utilizando o que chamamos de “critério de rede”, ou seja, quando um entrevistado indica outros possíveis colaboradores; elaboração de um roteiro base, mas que não é fechado, uma vez que outros questionamentos vão surgindo ao longo da entrevista; na sequência, realizamos a entrevista com o áudio gravado e a transcrição integral da entrevista; no momento seguinte fizemos a textualização da entrevista, um procedimento que, no nosso caso, serviu para reordenar os fatos contados na entrevista e deixar a leitura mais fluída, menos truncada em relação ao texto transcrito; por fim entregamos a carta de cessão dos direitos que foi assinada por todos os entrevistados após fazer a leitura das transcrições e textualizações e após sugerir alterações que achassem convenientes.

A partir das entrevistas conseguimos elaborar fontes históricas para a pesquisa. Com elas e com a pesquisa de outras fontes bibliográficas e documentais partimos para o processo de análise, de forma que pudéssemos produzir conhecimentos históricos. Para isso, utilizamos um procedimento que Martins-Salandim (2012, p. 62) chama de *análise de convergências*. Nesse processo analítico, atentamos para os “[...] elementos que se mostravam mais insistentemente numa série de fontes ou elementos que, nesse mesmo conjunto, se mostravam claramente divergentes; ou seja, uma análise que só pode ser conduzida a partir de um cotejamento entre fontes [...]”. Dessa forma, foi realizado um levantamento de categorias de análise, ou seja, tendências que emergem ao nos debruçarmos sobre as fontes, a partir das perguntas da entrevista. Com isso, torna-se possível a elaboração da nossa versão sobre o objeto de estudo, por meio de um processo interpretativo.

Em nossa dissertação elaboramos duas *categorias de análise*. Nelas, apresentamos grupos de características comuns às entrevistas, utilizando também outros referenciais para construir os significados. Assim, falamos da História da

- que variam em cada comunidade que mobiliza a História Oral - segundo marcos regulatórios - 'teóricos' - que atendem às perspectivas do 'oralista'. Pode-se falar, portanto de uma 'História Oral em Educação Matemática' e até mesmo de uma 'História Oral segundo o GHOEM' sem nenhuma intenção de criar fronteiras e/ou proteger mercados. (GARNICA, 2013)

6 Na dissertação de XXXX (2013) explicamos detalhadamente cada um desses procedimentos.

Educação de Itaipulândia e também da formação dos professores que ensinavam em Itaipulândia.

Para esse texto, focamos na segunda categoria das citadas acima: a formação do professor. Porém, decidimos concentrar o nosso olhar em um momento específico: a formação em nível superior.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A EDUCAÇÃO EM ITAIPULÂNDIA

Nossa intenção nessa seção é a de contextualizar o leitor acerca dos aspectos educacionais de Itaipulândia, lembrando de como foi formada historicamente.

A primeira escola em Itaipulândia foi o Grupo Escolar Gabriel de Lara, construído em Itacorá em 1963. Já em São José do Itavó existiu a Escola Municipal Rondônia (1967) e em Aparecidinha d'Oeste a Escola Municipal Carlos Gomes (1964). Porém, essas escolas foram criadas a partir da necessidade da população, que a partir de mobilizações construía ou providenciava os prédios para as escolas e os recursos mínimos para sustentá-las, sem contar com a ajuda de alguma instância do Governo (SCARPATO; BÖHN, 2006) e que encontrava na própria comunidade o seu professor⁷. Assim, o professor que ensinava nessas escolas era o que mais havia estudado e que poderia ensinar o que sabia para os demais. Dessa forma, até o início da década de 1970 só existia o ensino primário (o que corresponderia aos anos iniciais do Ensino Fundamental) nas localidades de Itaipulândia, uma vez que a formação mais elevada dos habitantes era ser aprovado no exame de admissão para ao Ginásio⁸. Por isso, apenas na década de 1970 foram criadas ou expandidas escolas que abrangessem o ensino de primeiro grau completo⁹: Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima em Itacorá (1971) e as Escolas Municipais Carlos Gomes e Rondônia (1978) citadas

7 Essa foi uma característica própria dos migrantes catarinenses e gaúchos que chegaram à Itaipulândia e à toda região Oeste do Paraná, conforme Scarpato e Böhn (2006).

8 O Exame de Admissão ao Ginásio foi estabelecido por meio do Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931. Nesse período, o ensino era dividido em ensino primário e secundário. O ensino primário era um ciclo de quatro séries. Após o aluno concluir esse primeiro nível, ele realizava o Exame de Admissão no curso secundário, o qual era dividido em: um ciclo chamado de "secundário fundamental" com cinco anos de duração, seguido de um ciclo de dois anos, chamado de "curso complementar". Esse exame, passou por algumas modificações, perdurando até 1971.

9 O ensino de primeiro grau foi instituído pela Lei 5692 de 1971. Essa Lei dividiu o ensino em dois ciclos: o primeiro grau, com oito séries, e o segundo grau, com um ensino de três séries. Atualmente são equivalentes ao ensino fundamental e médio, respectivamente.

anteriormente. O ensino de segundo grau teve o seu início ainda mais tardio. Apenas em 1985 que iniciam os estudos em Aparecidinha d'Oeste na Escola Estadual Costa e Silva, que mais tarde passou a se chamar Colégio Estadual Costa e Silva, que funciona até os dias atuais.

Enquanto Itaipulândia ainda não era município, os recursos eram escassos e o modelo de escola era caracterizado por ter uma grande parcela de ajuda da população local que realizava eventos para manter as escolas e que procuravam pessoas com grau de estudo mais elevado para ser seus professores. Dessa forma, por muitos anos, não existiam professores com formação superior no município, ou seja, a maioria dos docentes em Itaipulândia em qualquer nível de ensino podiam ser considerados leigos, isto é, professores sem a formação mínima exigida pelas leis para lecionar¹⁰. Apenas a partir do final da década de 1970 que houve uma preocupação em buscar alguma formação superior, uma vez que a Lei 5692/71 obrigava que todos os docentes que fossem lecionar nas séries finais do ensino de primeiro grau e no segundo grau deveriam ter formação específica na disciplina que ensinavam.

Portanto, o docente precisava buscar uma formação superior para ensinar nas conformidades da lei vigente à época, uma vez que ele já estava em sala de aula e não possuía a formação preconizada. A solução para isso foi a procura por cursos que fossem vantajosos, em alguns aspectos.

Elencamos nesse texto, algumas formações em nível superior possíveis para os professores de Itaipulândia: os cursos de férias, os cursos vagos e também os cursos que começaram a ser oferecidos na região.

5. A FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR DO PROFESSOR QUE ENSINAVA DE MATEMÁTICA

Para a composição das análises de nosso trabalho, tomamos como base oito entrevistas realizadas com professores que atuaram em Itaipulândia desde o início

¹⁰ Neste artigo não temos a intenção de discutir acerca do papel dos professores leigos no ensino de Matemática em Itaipulândia. Compreendemos que eles tiveram um papel fundamental no ensino local, porém nosso foco será justamente o momento de obtenção da formação mínima exigida por lei para ensinar Matemática, ou seja, a formação em um curso superior. Para maiores informações sobre os professores leigos que atuaram em Itaipulândia sugerimos a leitura de XXX (2013).

da década de 1960 até o início da década de 1990. Essas entrevistas nos serviram como disparadoras de perspectivas e fez com que nos debruçássemos sobre elas e procurássemos em outros documentos informações adicionais acerca do nosso objeto, ou seja, sobre a formação do professor que ensinava Matemática em Itaipulândia.

Para ajudar na compreensão das nossas análises trazemos um quadro resumido contendo algumas informações sobre os nossos entrevistados, principalmente em relação à sua formação superior (Quadro 1).

Quadro 1 – Os entrevistados da pesquisa e a sua formação superior.

Entrevistado(a)	Atuação em Itaipulândia	Local de atuação	Formação Superior enquanto lecionava em Itaipulândia	Município
José Griebeler	1973-1974, 1979 até os dias atuais	Aparecidinha d'Oeste, São José do Itavó e Itacorá	Ciências com habilitação em Matemática	Ijuí e Umuarama (PR)
			Esquema II ¹	Umuarama (PR)
Guido Miranda	1971-1982	Aparecidinha d'Oeste e Itacorá	Não possuía	---
Cecília Moretto	1986-2013	Aparecidinha d'Oeste	Ciências com Habilitação em Matemática	Cascavel (PR)
Nelson Domingues	1989-2012	São José do Itavó e Aparecidinha d'Oeste	Ciências (licenciatura curta)	Presidente Prudente (SP)
			Filosofia	Toledo (PR) e Palmas (PR)
Oneide Patrício	1977 até os dias atuais	São José do Itavó e Aparecidinha d'Oeste	Letras (licenciatura curta)	Umuarama (PR)
			Letras (licenciatura plena)	Presidente Prudente (SP)
Derseu de Paula	1971-1975	Itacorá	Não possuía	---
Lotário Knob	1983 até os dias atuais	Aparecidinha d'Oeste e São José do Itavó	Filosofia	Passo Fundo (RS)
			Ciências (incompleto) e Pós-graduação em História	Palmas (PR)
João Kazmirczak	1979-1982	Aparecidinha d'Oeste e Itacorá	Não possuía	---

Fonte: elaborado pelos autores.

Como podemos observar, alguns dos docentes não possuíam formação superior e mesmo assim lecionaram Matemática ou outras disciplinas e até mesmo ocuparam os cargos de direção, caso dos professores Derseu de Paula e João Kazmirczak.

O cenário da educação itaipulandiense nos mostrou que, no período em que nos propomos a estudar, não existiam professores com a formação mínima indicada pela Lei 5692/71, ou seja, possuir alguma formação superior na área da disciplina que ministraria nas séries finais do ensino de primeiro grau e no segundo grau. De todos os nossos entrevistados, apenas Cecília Moretto e Lotário Knob chegaram em Itaipulândia com formação superior. No caso do professor Lotário a sua formação era em Filosofia, mas com a falta de professores de Matemática ensinou essa disciplina. No caso dos outros entrevistados todos eles iniciaram a docência possuindo formação ginásial (José Griebeler), técnica (Derseu de Paula, José Griebeler e João Kazmirczak), magistério (Oneide Patrício) ou em seminário (Guido Miranda e Nelson Domingues).

Outro ponto que indicamos em relação ao Quadro 1 é que nem todos os professores que ensinaram Matemática buscaram formação superior nessa área, como foi o caso de Oneide Patrício (Letras) e Lotário Knob (Filosofia e História), porém, pela falta de docentes dessa disciplina se colocaram à disposição para ensiná-la.

A falta de professores com a formação mínima necessária para ensino de primeiro e segundo grau foi algo marcante para Itaipulândia, assim como para várias regiões do país. Assim, para tentar consertar essa falha, foram criados projetos emergenciais para a formação dos professores de Matemática como as polêmicas Licenciaturas Curtas em Ciências, o que beneficiou os professores de vários lugares, inclusive, os de Itaipulândia.

Segundo Curi (2000), desde a década de 1960 existiam cursos de licenciatura curta para a formação de professores. A partir de 1969, a licenciatura curta foi ganhando a forma que ficou mais conhecida ao longo da década de 1970.

Em 1969, foi criado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) que discutia a criação de um projeto de licenciatura de curta duração a fim de qualificar o professor do ensino ginásial, conforme tratado nos Pareceres nº 912/69, de 3 de dezembro de 1969, (DOCUMENTA, 1969) e nº 255, de 7 de abril de 1970¹¹ (DOCUMENTA, 1970a). Segundo o PREMEM, existia um grande *déficit* de professores habilitados para atuarem no ensino ginásial e para suprir essa demanda a sugestão foi oportunizar um curso de “licenciatura intermediária”, ou seja, que formasse um profissional por meio de uma licenciatura de curta duração.

Esse estilo de licenciatura teve suas características modificadas com o passar dos anos, principalmente a partir da Indicação 23 feita pelo Conselheiro Valnir Chagas ao Conselho Federal de Educação (CFE), aprovada em 1973, na qual a licenciatura de professor de primeiro grau passaria a ser em “atividades ou área de estudo” (CURI, 2000, p. 16) e, com isso, a habilitação seria dada por disciplinas.

Ainda, a Indicação CFE 22/73 [Indicação anterior feita por Valnir Chagas, mas que não foi homologada] referia-se à formação do magistério, anunciando cursos de Licenciatura Curta em três setores: um setor de formação geral, outro de formação especial e um setor pedagógico. Cada uma dessas Licenciaturas, por sua vez, comportaria duas ordens de habilitação: uma de habilitação geral, de curta duração e de nome igual ao do curso, e outra, de Licenciatura plena com habilitações específicas (CURI, 2000, p.16, colchetes nosso).

De acordo com a Indicação Conselho Federal de Educação (CFE) 23/73 e a aprovação da Resolução CFE 30/74, ficou definido a criação do campo de Ciências, com o curso de Ciências e habilitações em Matemática, Física, Biologia e Química (CURI, 2000), sendo que essa licenciatura formaria um professor polivalente do primeiro grau, com uma carga horária mínima de 1800 horas, podendo ser acrescida uma das quatro habilitações específicas com um acréscimo de, no mínimo, 1000 horas, habilitando o docente para lecionar no segundo grau. Assim, essa Resolução obrigou a implantação desse currículo até 1978. Com a expansão das Faculdades de Filosofia,

11 Vale ressaltar que esse Parecer foi favorável às decisões que são expostas na sequência.

Ciências e Letras a partir do final da década de 1960 (CURI, 2000), os cursos de licenciatura foram espalhados por todo o país. Porém, a qualidade desses cursos não era boa e alguns estudos apresentados por universidades federais comprovavam isso (CURI, 2000). Além disso, adiciona-se o fato de que muitas faculdades particulares foram criadas, as quais ofereciam cursos sem muita qualidade, sendo até mesmo acusadas de fraudes para ter alunos. Em 1978, por meio da Resolução 5 do CFE, a implantação obrigatória exigida pela Resolução do CFE 30/74 passa a não valer, pois tornam-se necessários estudos sobre esses cursos e os profissionais formados por eles.

As licenciaturas curtas oferecidas em universidades particulares foram muito bem-vindas entre os professores de Itaipulândia e a maioria dos nossos entrevistados buscou os seus estudos nesse estilo de curso. Isso se deu, principalmente, para que os professores em atuação pudessem legalizar sua situação, enquanto profissional do ensino e ter a formação mínima exigida por lei. Esse professor tinha algumas opções viáveis e inviáveis para escolher em relação a sua licenciatura: poderia deslocar-se diariamente para outro município da região e cursar; ou escolher uma faculdade que ofertasse licenciaturas em determinados dias da semana ou em alguns períodos do ano, com uma dedicação exclusiva nesse período, mesmo que isso exigisse sacrifício de suas férias do ano letivo.

A primeira opção era inviável para quem residia em Itaipulândia nas décadas de 1970 e 1980. As licenciaturas estavam em cidades muito distantes e o deslocamento era extremamente complicado devido às más condições das estradas. Por isso, os professores itaipulandienses escolhiam realizar os cursos que mais se adequavam às suas condições empregatícias e de deslocamento.

Traçamos, a seguir, algumas das características dos cursos que nossos entrevistados tiveram como possibilidades para a formação em nível superior.

5.1 A PRIMEIRA OPÇÃO: OS “CURSOS DE FÉRIAS”

Os “cursos de férias” foram uma maneira do professor que ensinava em Itaipulândia buscar uma formação superior. O professor José Griebeler buscou, em 1980, essa formação na área de Matemática. Além dele, em nossas pesquisas documentais, encontramos informações sobre essa modalidade de curso ofertada na mesma instituição que o professor Lotário Knob realizou a sua formação em Filosofia¹².

O professor José Griebeler precisava regularizar sua situação como professor, pois corria o risco de perder suas aulas. Assim, realizou sua formação em nível superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, cidade do Rio Grande do Sul, localizada a 553 km de Itaipulândia. Nessa Faculdade encontrou um curso com características diferentes das propostas iniciais para os cursos de licenciatura curta e plena. O curso possibilitava estudar e ainda lecionar, sem ter que fazer a escolha entre um ou outro, mesmo sendo em um local tão distante. De acordo com sua entrevista, a modalidade do seu curso de Licenciatura Curta em Ciências e Matemática era feito no período de férias escolares, ou seja, durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro havia a primeira etapa e no mês de julho a segunda. Essa forma de realização do curso, em um primeiro momento, foi caracterizada, por nós, como um modelo de “curso vago”, ou seja, aqueles em que as faculdades fazem adaptações nos seus dias letivos para atrair os alunos. Porém, esse não era o caso da licenciatura feita por José.

A partir de 1970 essa faculdade buscou a abertura de um curso que tivesse como característica atender um professor que já lecionava e que não podia abrir mão da sua profissão para efetuar a sua formação (DOCUMENTA, 1970b). Dessa forma, a instituição tentou por alguns anos a abertura de um curso no qual o professor pudesse frequentar apenas em momentos específicos do ano: as férias. Assim, após ter alguns pedidos negados¹³, a partir de 1974 começa o curso de licenciatura de 1º grau de Ciências em regime especial (DOCUMENTA, 1979). Cada curso possuía 90 vagas no

12 O professor Lotário Knob se formou em Filosofia em 1982 na Universidade de Passo Fundo (UPF), porém era um curso regular. Mesmo não tendo a formação em Matemática, quando se mudou para Itaipulândia conseguiu aulas de Matemática e lecionou a disciplina por poucos anos.

13 Maiores informações sobre esse e outros cursos da instituição podem ser obtidas em XXXX (2013).

momento de sua abertura que deviam ser distribuídas de forma que não afetasse as 90 vagas do curso regular, que também existia na faculdade. Essa licenciatura aprovada era realizada no período de férias, com a mesma carga horária dos cursos ordinários. As disciplinas eram ministradas por professores auxiliares aprovados pelo Conselho Departamental. Para facilitar os estudos no curso, a disciplina de Prática de Ensino era feita nos locais de exercício dos alunos-professores, ou seja, caracterizava-se como uma licenciatura que visava ter como aluno aquele que já era professor atuando na educação básica.

No parecer sobre a criação do curso de Pedagogia constavam, na mesma modalidade emergencial (DOCUMENTA, 1979), vários elogios aos cursos que já existiam, ressaltando a estrutura da universidade, suas práticas de pesquisa e de extensão, entre outros aspectos. Assim, ficou autorizada a abertura de novas turmas para os cursos em regime especial. Em uma dessas turmas do curso de Ciências, o professor José desenvolveu os seus estudos.

O objetivo desse curso era qualificar a grande quantidade de professores leigos que atuavam no Rio Grande do Sul (DOCUMENTA, 1980), principalmente dos pequenos municípios, pois eram locais onde não existiam faculdades para que o professor buscasse a sua formação. Além disso, no projeto constava que esse curso beneficiaria não apenas o professor do Rio Grande do Sul, mas de outros estados, como Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Goiás, devido à localização de Ijuí, no Noroeste do Rio Grande do Sul. Assim, considerava-se que o curso era exequível para professores que não tinham como se deslocar diariamente para realizar sua licenciatura.

Para José foi rentável realizar este estudo, mesmo tendo que percorrer uma grande distância, pois as despesas eram reduzidas, dado que o deslocamento era em determinados períodos do ano e não exigiam viagens constantes para Aparecidinha do Oeste. Porém, era sacrificado o período de férias desses professores, o que ocasionava um desgaste, como no caso do professor José, que após dois anos de

curso, decidiu transferir a sua matrícula para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama¹⁴.

José relatou que durante a sua graduação em Ijuí o modelo do curso era muito cansativo, uma vez que sacrificava todo o seu tempo de descanso. Além disso, por se tratar de um curso de licenciatura curta em Ciências e Matemática num primeiro momento do curso havia uma ênfase em disciplinas gerais como Português, Sociologia, Filosofia e Lógica. Após um período havia uma formação específica em Matemática com disciplinas como Cálculo I e Cálculo II. Por não seguir por muito tempo nesse curso, José não tratou de outras disciplinas que cursou.

Essa modalidade de licenciatura foi ofertada até a segunda metade da década de 1980, mesmo quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí tem, em 1985, seu reconhecimento como Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), segundo o relatório do Parecer 805/85 (DOCUMENTA, 1985).

O professor Lotário Knob procurou sua formação superior em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, a 535 km de Itaipulândia, na Universidade de Passo Fundo (UPF)¹⁵, após ter realizado os seus estudos em seminários no mesmo estado. Inicialmente, não optou pela formação na área de Matemática, mas em Filosofia, no ano de 1979, concluindo o curso em 1982. Porém, temos poucas informações sobre esse curso. Na realidade, o que nos chamou a atenção diz respeito ao curso de Ciências, ofertado em uma modalidade muito próxima ao que era proposto em Ijuí e que apareceu durante as nossas buscas.

Conforme dados da revista Documenta (1982), em 1982 fez-se o pedido para a continuação do programa de cursos em regime de férias da Universidade de Passo Fundo, sendo o mesmo aceito para um período de cinco anos, ou seja, com abertura de turmas nesses cursos até 1987, conforme o Parecer nº 631/82. Assim, encontramos outro curso nos mesmos moldes do que era realizado na UNIJUÍ e que, segundo o relatório que consta no Parecer citado acima (DOCUMENTA, 1982a), a Universidade

14 Na sequência do trabalho abordaremos o contexto de Umuarama para a formação superior dos docentes entrevistados.

15 A universidade começou a ser formada na década de 1950 com algumas faculdades isoladas e apenas em 1968 conforme o Decreto nº 62.835, de 6 de junho de 1968, é autorizado o funcionamento da Universidade de Passo Fundo, a qual unia as várias faculdades isoladas existentes na cidade.

de Passo Fundo contava com o programa de licenciaturas em regime especial de férias desde 1970 quando foram autorizados os cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais. A seleção dos alunos para esses cursos envolvia duas etapas: a realização de provas escritas de conhecimentos gerais e um exame de situação magisterial do candidato, por meio de entrevistas. Os alunos selecionados ainda deveriam estar exercendo o magistério em localidades do interior do estado (DOCUMENTA, 1982a), mostrando-nos uma política diferenciada para a formação mínima de professores para o exercício do magistério nos 1º e 2º graus, e que ocorria não apenas nessas duas universidades gaúchas, mas em várias outras desse Estado. Devemos lembrar que essas formações eram adaptações à Lei 5692/71, uma vez que os professores leigos realizavam a sua formação na prática de sala de aula. Dessa forma, percebemos que, mesmo com a Lei 5692/71, já havia a necessidade urgente de adaptações para suprir a demanda de professores capacitados para lecionarem. Tornava-se, então, necessário investir em cursos de curta duração, que poderiam rapidamente dar um retorno de professores formados em um curto período de tempo.

Gostaríamos de destacar também os anos de duração dessas propostas emergenciais, o que evidencia um grande equívoco ao se pensar numa formação mínima para o professor por meio da Lei 5692/71 e da demanda que passou a ser exigida. Tanto os cursos em regime especial de Ciências na UNIJUÍ como na UPF duraram em torno de 20 anos, ou seja, por todo esse período a formação não conseguiu ser a adequada (uma licenciatura sem ser no caráter emergencial) e ainda não conseguia suprir a demanda de professores. Dessa forma, fica evidente a precariedade da Lei 5692/71, ao se pensar que todos os professores deveriam ter formação mínima, mas que não havia planos para que a situação fosse adequada num curto prazo.

5.2 A BUSCA POR CURSOS “VAGOS”

Por meio das narrativas dos professores, percebemos a busca por um outro tipo

de formação em nível superior, em três locais distintos: Umuarama (PR), localizada a 267 km de Itaipulândia, Palmas (PR), distante 406 km, e Presidente Prudente (SP), a 564 km. Essas cidades foram polos de formação de professores não só de Itaipulândia, mas de vários outros lugares do Paraná ao longo das décadas de 1980 e 1990, principalmente.

Essas cidades representavam um lugar fácil para buscar uma formação superior para os professores que já atuavam, uma vez que dispunham de cursos que se caracterizavam como o que chamamos de cursos “vagos”, ou seja, cursos de licenciatura realizados às sextas-feiras à noite e durante o sábado todo, ou em semanas específicas de um mês.

Para os professores entrevistados, Umuarama foi a primeira opção de ensino superior no próprio Paraná, pois na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras¹⁶ daquele município existiam cursos que poderiam suprir as necessidades de formação dos professores itaipulandienses.

Como já apresentamos, o professor José iniciou, mas não concluiu o seu curso em Ijuí para o qual se deslocava apenas nos períodos de férias escolares. Ele decidiu pedir a transferência do curso para outro que melhor se encaixasse em suas condições, que era o curso de finais de semana em Umuarama, uma cidade muito mais próxima de Itaipulândia, se comparado a Ijuí.

Conforme o Decreto nº 75.713, de 12 de maio de 1975 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama teve o curso de licenciatura de 1º grau e plena em Ciências, reconhecido (DOCUMENTA, 1975). Esse seria o curso que a partir de 1982 José Griebeler frequentaria. A escolha pelo curso era vantajosa, uma vez que seria possível a equivalência de matérias e, principalmente, pelo seu formato, assim como já apontamos. Dessa forma, José concluiu rapidamente a sua formação. Porém, durante a sua entrevista, não detalhou sobre como ocorreu o curso.

Outro curso que também foi reconhecido pelo mesmo parecer foi o de licenciatura

16 Criada em 1972 pela Associação Paranaense de Ensino e Cultura (APEC), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama, iniciou suas atividades com os cursos de licenciatura em Pedagogia (magistério) e Estudos Sociais. Em 1975, foram criados os cursos de Ciências (Matemática) e Letras.

plena em Letras, o qual foi feito pela professora Oneide Patrício¹⁷, a partir de 1985. Oneide via, assim como José, uma oportunidade de cursar o ensino superior e, dessa forma, ter a formação mínima exigida para atuar nas séries finais do primeiro grau. A professora Oneide nos relatou que seu curso tinha as mesmas características do curso de Ciências, sendo frequentado apenas às sextas-feiras à noite e aos sábados durante o dia todo.

Segundo esta professora, a necessidade de aulas no sábado se dava pelo fato de o curso ser no período noturno e com aulas diárias. Porém, ela e outros alunos, por residirem distante de Umuarama, “compensavam” as aulas perdidas de segunda à quinta com aulas durante todo o sábado. Dessa forma, era possível ter uma frequência de 75% nas disciplinas, uma vez que elas eram repassadas no sábado, dia com aulas pela manhã e tarde.

Ainda, três professores entrevistados buscaram fazer os seus estudos em Palmas (PR): Guido Miranda fez o curso de Ciências Contábeis na década de 1980, Lotário Knob cursou Ciências com habilitação em Matemática em meados da década de 1980¹⁸ e Nelson Domingues licenciou-se em Filosofia no início da década de 1990.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (PR)¹⁹ e as Faculdades Reunidas de Palmas²⁰ foram muito importantes para o ensino superior da região sudoeste do Paraná e da região noroeste de Santa Catarina, pois a cidade é localizada próxima à fronteira entre esses estados. Além dessas regiões, a Faculdade tornou-se uma grande receptora de estudantes oriundos da região Oeste do Paraná, pois o ensino superior estava concentrado, ainda, na região de Curitiba, em Ponta Grossa e

17 A professora Oneide também lecionou por poucos anos a disciplina de Matemática, buscando sua formação em Letras para que pudesse lecionar Português.

18 O professor Lotário não concluiu a sua formação.

19 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (PR) foi criada em 1968, contando com os cursos de Pedagogia, Letras, Filosofia Pura e História (DOCUMENTA, 1968). Conforme o Decreto 72.452/73 a faculdade é reconhecida e nos anos seguintes vai expandindo a sua atuação, mesmo passando por sérias dificuldades

20 Com a expansão do ensino superior na cidade, é criada a Faculdades Reunidas de Palmas (PR), autorizada a funcionar conforme o Decreto nº 84.784/80 e sendo reconhecida em 1983, conforme a Portaria Ministerial nº 76. Assim, conforme Luporini (2008) a Faculdade começou a funcionar com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Mais tarde foram criados os cursos de Educação Física, Administração Rural e Ciências com habilitação em Matemática, Biologia e Química.

no norte do estado, mais precisamente em Londrina. Assim, muitos professores de Itaipulândia e região buscaram a formação em Palmas (PR).

Foi nas Faculdades Reunidas de Palmas (PR) que alguns dos nossos entrevistados fizeram suas graduações. Guido Miranda contou-nos poucos detalhes sobre o curso de Ciências Contábeis²¹, mas percebemos que o mesmo foi útil para sua atuação enquanto viveu na região e, posteriormente, quando foi para Rondônia e construiu seu escritório de contabilidade (hoje sob a direção de seu filho).

Já Lotário e Nelson nos contaram que os cursos que realizaram também podiam ser considerados como “cursos vagos”, já que eram frequentados apenas em uma semana por mês, na qual os alunos tinham que entregar trabalhos, se preparar e estudar para as provas. Era uma formação viável para eles, pois exigia o deslocamento em apenas uma semana do mês, não comprometendo tanto os seus trabalhos.

Lotário iniciou o curso de Ciências com habilitação em Matemática com o objetivo de regularizar sua situação perante o estado, a fim de continuar lecionando Matemática, já que possuía formação em Filosofia. Porém, não terminou o curso, já que ao assumir a direção do Colégio Estadual Costa e Silva, ficou difícil de ausentar-se por uma semana inteira dessa atividade, além da docência. O professor ainda destacou que o curso continha disciplinas específicas de Matemática e as disciplinas pedagógicas, as quais ele pode aproveitar de sua graduação em Filosofia.

O professor Nelson Domingues cursou a licenciatura em Filosofia. Nelson já havia realizado os estudos em nível superior em seminário maior na área de Filosofia Pura²² e conseguiu a validação dessas disciplinas alguns anos depois²³. Porém, ainda era necessário fazer a licenciatura em Filosofia. Dessa forma, o curso ofertado em Palmas (PR) foi escolhido por Nelson por se tratar da cidade mais próxima.

A professora Oneide Patrício, o professor Lotário Knob e o professor Nelson Domingues buscaram uma formação complementar no interior de São Paulo também, em Presidente Prudente, uma prática muito comum para vários professores de

21 O curso que Guido realizou foi reconhecido por meio da Portaria nº 76 do MEC, de 18 de fevereiro de 1983 (DOCUMENTA, 1983a).

22 Mais informações na sequência do trabalho.

23 Mais informações na sequência do trabalho.

Itaipulândia e região, em virtude, principalmente, do formato do curso que conseguia minimizar o principal problema dos professores itaipulandienses: não poderem abandonar a docência enquanto se formavam.

Lotário após ter feito o curso de Filosofia na UPF, uma pós-graduação em História das Américas em Palmas (PR) e iniciado o curso de Matemática nesta última cidade, resolveu iniciar o curso de Direito junto à Faculdade de Direito de Presidente Prudente²⁴.

A professora Oneide buscou o curso de licenciatura plena em Letras, na Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)²⁵, pois já havia cursado a licenciatura curta em Umuarama.

Já o professor Nelson cursou a licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática ao longo da década de 1990 para regularizar a sua situação, já que a maior parte de suas aulas era na área de Matemática. Em seu caso, não realizou as disciplinas com aspectos pedagógicos uma vez que aproveitou as que fez no curso de Filosofia. Porém, ao longo da sua entrevista destaca dificuldades ao ensinar conteúdos matemáticos durante os seus primeiros anos de atuação, mesmo possuindo a formação pedagógica.

Todos esses professores buscaram fazer os cursos citados acima, pois eram estruturados de formas diferentes de outros: aconteciam nos “finais de semana”, ou seja, durante a sexta-feira, no período noturno, e durante todo o sábado. Esse formato de curso é ilegal e foi alvo de várias denúncias devido suas irregularidades, tais como as aulas irregulares, frequências fictícias dos alunos, excesso de faltas dos alunos e exames realizados por alunos sem a frequência mínima exigida (DOCUMENTA, 1983b; DOCUMENTA, 1986).

A professora Oneide, na década de 1980, conseguiu se formar em um curso no estilo dos denunciados e, nos anos seguintes, como ela, vários alunos de Itaipulândia,

²⁴ Universidade reconhecida desde 21 de agosto de 1967, conforme o Decreto nº 61.194 (DOCUMENTA, 1967).

²⁵ Conforme Parecer nº 817/84 (DOCUMENTA 1984), a Associação Prudentina de Educação e Cultura solicitou autorização para a criação da UNOESTE, a qual seria composta pelas faculdades de: Filosofia, Ciências e Letras, Odontologia, Farmácia e Bioquímica, Engenharia Cons. Algacyr Munhoz Maeder, Ciências da Saúde, Fisioterapia e de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas. Ao todo a nova universidade contaria com 15 cursos de duração plena e 19 habilitações.

vijando, inclusive com transporte público, para esses cursos, com a saída na sexta-feira para Presidente Prudente e o retorno marcado para o domingo. Desse modo, profissionais de várias disciplinas conseguiram a titulação mínima exigida pela Lei 5.692/71 por meio da realização dos cursos no interior paulista.

5.3 ENFIM O ENSINO SUPERIOR NO OESTE DO PARANÁ

Durante todo o trabalho que expomos até o momento, falamos de professores que buscaram a sua formação superior fora de Itaipulândia enquanto já residiam no local, a única exceção foi o professor Lotário Knob que já havia cursado o ensino superior. Além disso, não tivemos professores que foram para Itaipulândia habilitados para ensinar Matemática, até que em 1985 um convite foi feito à professora Cecília Moretto que já era graduada e residia em Medianeira, cidade paranaense distante 35 km de Itaipulândia. Porém, diferente de todos os outros entrevistados que foram para longe buscar a sua formação, a docente realizou seus estudos em Cascavel, uma cidade polo da região Oeste do Paraná, distante 120 km de Itaipulândia.

A professora Cecília viajava diariamente de Medianeira a Cascavel para realizar o seu curso. Como as duas cidades são relativamente próximas e já existia a BR-277 ligando-as, foi possível realizar a licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática junto à Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel (Fecivel)²⁶.

Como nos apresentou em sua entrevista, o curso foi bastante diversificado e após o seu segundo ano a referida professora optou pela continuidade em Matemática. Nos dois primeiros anos do curso ela frequentou várias disciplinas gerais que abrangiam a área de Ciências, por exemplo, Biologia, Química, Física, Matemática I, II, III e IV, Geologia, Ciências do Primeiro Grau e Metodologia para o Ensino de Ciências no Primeiro Grau. Também teve disciplinas pedagógicas gerais,

²⁶ Em 15 de maio de 1972, o Decreto Federal 70.521 autoriza a implantação da Fundação Universidade do Oeste do Paraná – FUOP, como entidade Mantenedora e autoriza a implantação dos Cursos de Pedagogia, Matemática, Ciências de 1º Grau e Letras Português - Francês/Inglês (MARTIN, 2006, p. 87).

além de outras, por exemplo Psicologia da Educação, Português, Sociologia Geral e da Educação e Estrutura e Funcionamento do Ensino de Primeiro e Segundo Grau. A partir do terceiro ano e da escolha pela carreira em Matemática ela pode cursar disciplinas como Cálculo Diferencial e Integral, Desenho Geométrico, Geometria, Álgebra, Matemática Aplicada, Análise Matemática, Estatística, Metodologia do Ensino da Matemática e Prática de Ensino da Matemática.

Logo após ter terminado a sua graduação, em 1985, Cecília recebeu um convite para lecionar em Itaipulândia e o aceitou. Dessa forma, ela era a primeira professora de Matemática de outro local já com a formação específica para ministrar aulas de Matemática. Lecionou também Ciências e Química.

Outro professor entrevistado, Derseu de Paula, buscou sua formação superior em Foz do Iguaçu, quando já residia nessa cidade, após ter saído de Itacorá. Ele cursou Ciências Contábeis, em 1979, junto à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu (Facisa)²⁷. Derseu relatou sobre as dificuldades para a obtenção de uma sede para a Facisa, assim como de professores especializados, tanto que ao se formar, foi imediatamente contratado para lecionar no curso.

Em Toledo, cidade a 130 km de Itaipulândia, foi criada a Fundação de Ensino Superior de Toledo, responsável pela Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato de Toledo (Facitol), devido ao apelo da comunidade, já que a cidade precisava de uma faculdade para atender aos alunos formados em suas escolas de segundo grau (RINALDI, 2002). Também, nessa cidade, houve a preocupação em se criar cursos que atendessem tanto aos setores econômicos como oportunizar uma formação humanística para a população. Dessa forma, em 1980 foi dado início ao curso de Ciências Econômicas e de Filosofia²⁸.

Vale ressaltar que Nelson Domingues fez um curso intensivo em Toledo para validar as disciplinas de Filosofia Pura que havia realizado no seminário. Após isso, em

27 Segundo a Portaria nº 218, de 24 de maio de 1983 (DOCUMENTA, 1983c), é reconhecido o curso de Administração e de Ciências Contábeis ministrados pela Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Foz do Iguaçu, mantida pela Fundação Educacional de Foz do Iguaçu.

28 Reconhecidos conforme a Portaria nº 69, de 17 de fevereiro de 1983 (DOCUMENTA, 1983a).

um período de dois anos, ele conseguiu a habilitação para lecionar Filosofia, no curso feito em Palmas (PR) como já ressaltamos. Porém, continuou atuando principalmente em Matemática na Escola Estadual Tiradentes, em São José do Itavó. Apenas durante a década de 1990 começou a lecionar Filosofia, devido à obrigatoriedade do seu ensino em algum momento do segundo grau.

Essas três faculdades, em conjunto com a Fundação de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon (Facimar), agrupadas formaram a primeira universidade da região Oeste do Paraná, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em 1987²⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação superior do professor que ensinava Matemática foi muito complicada para quem viveu em Itaipulândia e vários aspectos ajudaram nisso, como a colonização recente do lugar e de toda uma região e também as distâncias que deveriam ser percorridas, na década de 1960 até início de 1990.

Por se tratar de um lugar que recebeu muitos moradores vindos de outras regiões para trabalharem com agricultura, poucos vieram aptos para ensinar e, com isso, foi necessário ir para longe para buscar a formação. No entanto, não era possível escolher ser professor ou deixar de ser professor, uma vez que, em muitos casos, a pessoa já era um docente da escola e, dessa forma, tornava-se professor mesmo que não fosse sua opção primeira.

A saída para regularizar perante a lei sua situação como docente era viajar, mas de forma que continuasse lecionando, sendo obrigado frequentar cursos que, em alguns casos, podem nos trazer dúvidas sobre a maneira como eram conduzidos e também sobre suas qualidades. Porém, isso era o que podia ser feito. Cursos de férias e de finais de semana eram a melhor opção por não ser possível frequentar

²⁹ A partir de meados de 1980, houve um movimento, junto ao governo estadual para a criação de uma universidade que, em princípio, seria a junção das faculdades FECIVEL, FACISA, FACITOL e FACIMAR (RINALDI, 2002). Então, em 1987, foi criada a Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná, utilizando a sigla UNIOESTE. Em 1988, passou a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná (FUNIOESTE).

curso algum diariamente na região, simplesmente pela falta deles e pelo isolamento de Itaipulândia.

Conforme percebemos nos relatos desses professores, os cursos de Nelson Domingues, Lotário Knob e José Griebeler foram marcados por aproveitamento de estudos feito em outros lugares. No caso de Lotário e Nelson ficou clara que a formação pedagógica para o ensino de Matemática foi deixada de lado pela universidade que frequentaram, uma vez que já traziam uma bagagem de outras graduações. Ainda, os cursos permitiam que seus alunos utilizassem suas práticas como docentes para validar as disciplinas de Prática de Ensino e de Estágio. Dessa maneira, não tiveram a oportunidade de discutir sobre suas práticas ou conhecer outras diferentes. Também as formações se mostraram bastante generalista pois continham diversas disciplinas, algumas específicas e/ou pedagógicas e outras comuns a diferentes cursos (Português, Filosofia, Lógica, por exemplo) e, em momento algum, foi possível perceber que houvesse uma articulação entre elas nas narrativas dos professores. Esse caráter generalista se deu, principalmente, como discutido anteriormente, devido ao que era preconizado para a formação dos professores por meio das licenciaturas curtas e pelos modelos de cursos que priorizavam as disciplinas específicas (de Matemática) e deixavam as disciplinas pedagógicas para o final. Poucas foram as marcas que ficaram das suas formações, exceto para Cecília Moretto que optou pela formação em Matemática e nos contou sobre como foi obtê-la e suas dificuldades. Para os demais, as dificuldades eram os deslocamentos sobretudo.

A carência e a urgência de uma formação superior caracterizam muito o que viviam os professores de Itaipulândia. Mas isso não era exclusividade de lá. Várias pesquisas feitas por membros do Ghoem apontaram isso em diversas regiões do país: região de Blumenau, em Santa Catarina (GAERTNER, 2004), na região de Irati (PR) (FILLOS, 2008), Mato Grosso do Sul (SILVA, 2015), Mato Grosso (BOTH, 2014; MOREIRA, 2016), Goiás (CURY, 2007), Tocantins (CURY, 2011), Maranhão (FERNANDES, 2011), Paraíba (MACENA, 2013), Rio Grande do Norte (MORAIS, 2012;

MORAIS, 2017) e em diversas partes do estado de São Paulo (BARALDI, 2003; MARTINS, 2003; GALETTI, 2004; MARTINS-SALANDIM, 2007 MARTINS-SALANDIM, 2012; SILVA, 2015).

Esse cenário é corriqueiro nas pesquisas e mostra como a necessidade de ter professores formados no país é grande, mas a falta de planejamento das ações é comum em vários locais. O que apresentamos aqui foi um exemplo de uma pequena cidade do Paraná.

REFERÊNCIAS

BARALDI, I. M.. **Retraços da Educação Matemática na Região de Bauru (SP):** uma história em construção. 2003. 240 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2003.

BOTH, B. C. **Formação de professores de Matemática em Cuiabá – MT (1960-1980).** Rio Claro, 2014. 402f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2014.

CURI, E. **Formação de professores de Matemática:** realidade presente e perspectivas futuras. 2000. 179 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo (SP), 2000.

CURY, F. G. **Uma História da Formação de Professores de Matemática e das Instituições Formadoras do Estado do Tocantins.** Rio Claro, 2011. 289f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2011.

CURY, F. G. **Uma narrativa sobre a formação de professores de Matemática em Goiás.** Rio Claro, 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2007.

DOCUMENTA. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 68, abril/1967.

DOCUMENTA. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 92, ago./1968.

DOCUMENTA. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 109, jul./1969.

DOCUMENTA. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 111, fev./1970b.

DOCUMENTA. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 113, abr./1970a.

DOCUMENTA. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 174, mai./1975.

DOCUMENTA. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 219, fev./1979.

DOCUMENTA. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 241, dez./1980.

DOCUMENTA. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 259, jun./1982.

DOCUMENTA. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 267, mar./1983a.

DOCUMENTA. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 270, jun./1983c.

DOCUMENTA. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 274, out./1983b.

DOCUMENTA. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 288, dez./1984.

DOCUMENTA. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 300, dez./1985.

DOCUMENTA. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 309, set./1986.

FERNANDES, D. N. **Sobre a formação do professor de Matemática no Maranhão:** cartas para uma cartografia possível. Rio Claro, 2011. 388f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2011.

FILLOS, L. M. **A Educação Matemática em Irati (PR):** memórias e história. Curitiba, 2008. 228 f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GAERTNER, R. **A Matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968:** da Neue Deutsche Schule à Fundação Universidade Regional de Blumenau. 2004. 249 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2004.

GALETTI, I. P. **Educação Matemática e Nova Alta Paulista:** orientações para tecer paisagens. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

GARNICA, A. V. M. Um ensaio sobre História Oral: considerações teórico metodológicas e possibilidades de pesquisa em Educação Matemática. **Revista Quadrante**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 27-49, 2º semestre. 2007.

GARNICA, A.V. M. Sobre historiografia: fragmentos para compor um discurso. **REMATEC**. Natal(RN), n. 12, p. 51-65, jan./jul. 2013. Disponível em < <http://www.rematec.net.br/index.php/rematec/issue/view/13>>, acesso em 10 de dezembro de 2017.

GARNICA, A.V. M. História oral em educação matemática: um panorama sobre pressupostos. **História Oral**, v. 18, n. 2, p. 35-53, jul./dez. 2015

LUPORINI, T. J. Ensino superior no Paraná: a memória da região Sudoeste. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 31, p. 52-66, 2011. Disponível em < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art05_31.pdf >, acesso em 12 de novembro de 2012.

MACENA, M. M. M. **Sobre formação e prática de professores de Matemática**: estudo a partir de relatos de professores, década de 1960, João Pessoa (PB). 2013. 369 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2013.

MARTIN, É. **A gênese da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel (1968-1974)**. 2006. 137 f. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2006.

MARTINS, M. E. **Resgate histórico da formação e atuação de professores de escolas rurais**: um estudo no oeste paulista. 2003. 260 f. Relatório Final (pesquisa Iniciação Científica financiada pela FAPESP) - Departamento de Matemática, Universidade Estadual Paulista, Bauru (SP), 2003.

MARTINS-SALANDIM, M. E. **Escolas técnicas agrícolas e educação matemática**: história, práticas e marginalidade. 2007. 265f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2007.

MARTINS-SALANDIM, M. E. **A Interiorização dos Cursos de Matemática no Estado de São Paulo**: Um exame da década de 1960. 379 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2012.

MORAIS, M. B. **Peças de uma história**: formação de professores de matemática na região de Mossoró/RN. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2012.

MORAIS, M. B. de. **Se um Viajante... percursos e histórias sobre a formação de professores de matemática no Rio Grande do Norte**. 1006 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2017.

MOREIRA, W. B. **Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá...:** sobre o Projeto Inajá e a formação de professores no médio Araguaia. Rio Claro, 2016. 301 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2016.

RINALDI, R. N. **Adaptação estratégica em universidades públicas**: o caso da UNIOESTE. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SCARPATO, R. BÖHM, I. B. **Itaipulândia**: seu povo, sua origem, sua história. Itaipulândia: Gráfica Assoeste e Editora Ltda, 2006.

SILVA, C. R. M. da. **Uma, Nove ou Dez Narrativas sobre as Licenciaturas em Ciências e Matemática em Mato Grosso do Sul**. 369 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2015.

SILVA, M. dos S. **Sobre a Formação de professores das séries iniciais na região de São José do Rio Preto - SP na ocasião dos Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério (Cefam)**. 2015. 353f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

XXXX, J. S. **XXXX**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

(FOOTNOTES)

1 Os cursos chamados de Esquema I e II fizeram parte de uma política emergencial do Governo Federal para formar mais professores aptos a trabalhar nos cursos técnicos (Portaria Ministerial nº 339 de 1970). Para aqueles que já possuíam formação superior na área técnica em que desejariam ensinar era necessário cursar o Esquema I para regularizar a sua situação, fazendo somente disciplinas pedagógicas. Já o Esquema II era direcionado para aqueles que possuíam apenas formação técnica. Nesse caso, faziam disciplinas pedagógicas e de conteúdos específicos do curso técnico, possuindo uma carga horária maior em comparação ao Esquema I. José Griebeler frequentou o Esquema II, pois havia feito o curso técnico em contabilidade.